

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.231.575 - SC (2011/0013363-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **ÁLVARO HENRIQUE DE CAMPOS LOBO**
ADVOGADO : **FERNANDO DE CAMPOS LOBO E OUTRO(S) - SC011222**
EMBARGADO : **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**
ADVOGADO : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF**

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência opostos por ÁLVARO HENRIQUE DE CAMPOS LOBO contra acórdão da Segunda Turma, assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. PARCELAS SALARIAIS. DEFERIMENTO, PELA JUSTIÇA DO TRABALHO. REGIME ESTATUTÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO REGIME JURÍDICO ANTIGO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL, DO DISPOSITIVO LEGAL QUE, EM TESE, TERIA SIDO VIOLADO OU QUE TERIA RECEBIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 14/02/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. A falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014; AgRg no AREsp 732.546/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/11/2015; AgInt no AREsp 944.356/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/11/2016.

III. Interposto o Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional, a parte recorrente não realizou o necessário cotejo analítico, bem como não demonstrou, conforme exigência legal, o dissídio jurisprudencial. Com efeito, a transcrição de ementas ou de trechos dos julgados não basta para demonstrar as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e os arestos paradigmas. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 178.397/MG,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/04/2013; STJ, AgRg no Ag 1.418.929/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 18/03/2013.

IV. Agravo interno improvido.

Em suas razões recursais, a parte embargante alega que o acórdão embargado diverge dos seguintes julgados:

AÇÃO RESCISÓRIA. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DO INCISO IX DO ART. 485 DO CPC. PRESCINDIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ERRO DE FATO. OCORRÊNCIA. ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIO. AUXÍLIO-ACIDENTE COM APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE. ACIDENTE INCAPACITANTE POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI N. 9.528/1997.

1. Em que pese a ausência de indicação expressa da afronta ao inciso IX do art. 485 do Código de Processo Civil, inexistente impedimento no prosseguimento da ação, porquanto há, nos fundamentos da petição, elementos suficientes que permitem inferir o intuito da parte em alegar a contrariedade a tal dispositivo.

2. A Primeira Seção desta Corte Superior de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.296.673/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, processado nos moldes do art. 543-C do CPC, firmou entendimento no sentido de que "a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria pressupõe que a eclosão da lesão incapacitante, ensejadora do direito ao auxílio-acidente, e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991 (...), promovida em 11.11.1997 pela Medida Provisória 1.596-14/1997, que posteriormente foi convertida na Lei 9.528/1997". Incidência da Súmula 507/STJ.

3. Pela leitura da petição inicial do réu no processo originário (e-STJ fls. 32) e do acórdão proferido pelo Tribunal a quo (e-STJ fls. 55/59), verifica-se que o acidente em questão ocorreu em 1999, quando o segurado já recebia a aposentadoria por tempo de contribuição e na vigência da Lei nº 9.528/97.

4. Como o julgado rescindendo considerou como inexistente um fato existente - a ocorrência do acidente em data anterior à edição da Lei n.º 9.528/1997 -, torna-se evidente o erro de fato.

5. Ação rescisória procedente.

(STJ - AR 4.196/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2015, DJe 06/11/2015)

AÇÃO RESCISÓRIA. ADMINISTRATIVO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA

343/STF. TEMPO DE SERVIÇO CELETISTA. ANUÊNIO.

I - Não se aplica, in casu, a Súmula nº 343 do STF, pois a questão envolve a inconstitucionalidade do art. 7º, I e III, da Lei 8.162/91.

II - Aos servidores contratados sob o REGIME da CLT que foram alçados à condição de estatutários, é assegurada a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais (RE 209.899/RN), em virtude de que o DIREITO já havia sido ADQUIRIDO. Precedentes. Ação rescisória procedente.

(STJ – AR 1178 – 1999/00977980 / RN, Relator Felix Fischer, Terceira Seção, julgado em 14.06.2000, DJ de 09.04.2001, pág. 329)

AÇÃO RESCISÓRIA. ADMINISTRATIVO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

INAPLICABILIDADE DO ENUNCIADO Nº 343 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO CELETISTA. ANUÊNIO.

1. Inaplicável, na espécie, o enunciado nº 343 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, porquanto o pedido de contagem de tempo de serviço, para o fim de percepção dos chamados "anuênios", é baseada em norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o qual considerou tal percepção como direito adquirido dos servidores, em face do disposto no art. 100 da Lei nº 8.112/90 (RE nº 209.899/RN).

2. Os Tribunais Superiores já firmaram entendimento segundo o qual a Lei nº 8.162/91 não pode retroagir para alcançar fatos anteriores à sua vigência.

3. Não pode, desse modo, a Lei nº 8.162/91 impedir a contagem do tempo de serviço prestado sob a égide da CLT, para fins de anuênios e licença-prêmio, eis que os servidores haviam adquirido o direito às vantagens, ao ser instituído o Regime Jurídico Único Estatutário.

3. Ação rescisória procedente.

(STJ - AR 1002 / RN AÇÃO RESCISÓRIA - 1999/0055840-5 Ministro PAULO MEDINA, TERCEIRA SEÇÃO, 14/03/2007 DJ 30/04/2007 p. 278)

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO.

DATA DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir o termo a quo da prescrição do direito de pleitear indenização referente a licença-prêmio não gozada por servidor público federal, ex-celetista, alçado à condição

de estatutário por força da implantação do Regime Jurídico Único.

2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe de 3/8/09; REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 29/9/08.

3. Quanto ao termo inicial, a jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que a contagem da prescrição quinquenal relativa à conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada e nem utilizada como lapso temporal para a aposentadoria, tem como termo a quo a data em que ocorreu a aposentadoria do servidor público. Precedentes: RMS 32.102/DF, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 8/9/10; AgRg no Ag 1.253.294/RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 4/6/10; AgRg no REsp 810.617/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 1/3/10; MS 12.291/DF, Rel. Min. Haroldo Rodrigues (Desembargador convocado do TJ/CE), Terceira Seção, DJe 13/11/09; AgRg no RMS 27.796/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 2/3/09; AgRg no Ag 734.153/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 15/5/06.

4. Considerando que somente com a aposentadoria do servidor tem início o prazo prescricional do seu direito de pleitear a indenização referente à licença-prêmio não gozada, não há que falar em ocorrência da prescrição quinquenal no caso em análise, uma vez que entre a aposentadoria, ocorrida em 6/11/02, e a propositura da presente ação em 29/6/07, não houve o decurso do lapso de cinco anos.

5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

6. Recurso especial não provido.

(STJ - REsp 1254456/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/04/2012, DJe 02/05/2012)

Para tanto, afirma que "a decisão embargada proveniente da Segunda Turma deste e. Superior Tribunal de Justiça, ao entender que a ausência de indicação nas razões recursais do dispositivo legal tido como violado impede o conhecimento do recurso por ausência de fundamentação, divergiu da decisão deste e. Superior Tribunal

de Justiça no julgamento da TERCEIRA SEÇÃO na AR 4.196, que entende que em que pese a ausência de indicação expressa da afronta a norma legal, inexistente impedimento no prosseguimento da ação, porquanto há, nos fundamentos da petição, elementos suficientes que permitem inferir o intuito da parte em alegar a contrariedade a tal dispositivo".

Acrescenta que, "da mesma forma, o entendimento da SEGUNDA TURMA ora embargado, também divergiu do entendimento na interpretação da Lei 8.162/91, da TERCEIRA SEÇÃO tendo entendido este e. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA que a Lei nº 8.162/91 impedir a contagem do tempo de serviço prestado sob a égide da CLT, para fins de anuênios e licença-prêmio, eis que os servidores haviam adquirido o direito às vantagens, ao ser instituído o Regime Jurídico Único Estatutário, restando assim expostas as circunstâncias que identificam os casos confrontados. Ora, a 8.162/91 não pode impedir a o direito adquirido do servidor, sobretudo se o mesmo vem albergado pela coisa julgada".

Ademais, argumenta que "o julgado da PRIMEIRA SEÇÃO deste e. Superior Tribunal de Justiça ao reconhecer o direito adquirido do servidor público relativo ao tempo prestado sob a égide da CLT afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ como recurso repetitivo também diverge do entendimento da Segunda Turma ora embargado".

É o relatório. Decido.

De início, cumpre salientar que, na hipótese em apreço, o v. acórdão embargado é da col. Segunda Turma e os paradigmas são de diversos órgãos julgadores deste Tribunal Superior. Há, portanto, superposição de competências para julgamento dos presentes embargos de divergência.

Relativamente ao paradigma da Primeira Seção, a competência é da eg. Primeira Seção (art. 12, parágrafo único, I, do RISTJ). Por sua vez, em relação aos demais paradigmas (Terceira Seção), a competência é da colenda Corte Especial, nos termos do art. 11, XIII, do RISTJ.

Destarte, o julgamento dos embargos de divergência deverá ser cindido para cada um dos órgãos fracionários competentes, com primazia do colegiado mais

amplo. A propósito, citam-se os seguintes precedentes da Corte Especial: EREsp 223.796/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, Rel. p/ acórdão Min. FENANDO GONÇALVES, DJ de 15/12/2003; AgRg nos EREsp 640.803/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ de 12/2/2007; AgRg nos EDcl nos EAg 901.062/SP, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 26/9/2011.

Passa-se, assim, à análise da divergência suscitada tão somente em relação aos paradigmas de competência da eg. Corte Especial.

Nesse tópico, o recurso é manifestamente inadmissível.

Como visto, os paradigmas aqui analisados são da colenda Terceira Seção. No entanto, tal órgão não mais possui competência para julgamento de matéria relativa a servidores públicos civis e militares, como a tratada no caso dos autos. Desse modo, incide a Súmula 158/STJ.

De fato, mesmo após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, permanece aplicável a Súmula 158/STJ, segundo o qual: "*Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de Turma ou Seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada.*"

Nos termos da jurisprudência reafirmada pela egrégia Corte Especial, "*os embargos de divergência evitam que persista, dentro do mesmo Tribunal, dissenso sobre a interpretação da lei federal. Esse risco não existe quando o paradigma é de Turma que não mais detém competência para o julgamento da matéria, motivo pelo qual o recurso não se justifica*" (AgInt nos EAREsp 526.27/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/08/2016, DJe 21/09/2016).

A propósito, citam-se julgados atuais da Corte Especial:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. UTILIZAÇÃO DE PRECEDENTE DE TURMA SUBMETIDA À ALTERAÇÃO REGIMENTAL DE COMPETÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 158 DO STJ. AUSÊNCIA, ADEMAIS, DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS CASOS CONFRONTADOS. INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO DETERMINADA PARA A PRIMEIRA SEÇÃO, PARA ANÁLISE DO RECURSO SOB À LUZ DOS PARADIGMAS REMANESCENTES. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO CONHECIDOS. PREJUDICADAS AS DEMAIS INSURGÊNCIAS.

1. O acórdão embargado, da PRIMEIRA TURMA, tratou da questão acerca do requisito temporal exigido para os titulares de cartório participarem do concurso de remoção, concluindo que "o critério temporal de dois anos de exercício de titularidade em cartório, exigido pela Lei n. 8.935/94 e pela Resolução n. 81 do CNJ, para disputar concurso de remoção, representa condição para participação no próprio certame, não se tratando de mero requisito para o exercício de atividade notarial no cartório de destino, de modo que possa ser aferido tão somente no momento da posse. Inaplicável, à espécie, a orientação contida na Súmula 266/STJ."

2. O acórdão paradigma é da SEXTA TURMA, que não mais detém competência para processar e julgar a matéria. Incidência da Súmula n.º 158 do STJ: "Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de turma ou seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada."

3. O propósito da via recursal dos embargos de divergência é unificar a interpretação da legislação federal, evitando dissidência interna. Se a Turma supostamente dissidente já não mais detém a competência para julgar novamente a matéria controvertida, inexistente o problema, ou seja, não subsistirá divergência. Caberá, no caso dos autos, às Turmas da Primeira Seção harmonizar seu entendimento, independentemente do que entendiam as Turmas da Terceira Seção, sob pena de subversão da via recursal, que é de caráter sabidamente restrito.

4. Vale ressaltar que não há espaço para aplicação da referida súmula quando o acórdão embargado (e não o paradigma) for de uma das Turmas que perdeu a competência. Isso porque o sistema não convive com dissidência atual e contraposta àquelas Turmas que assumiram a competência interna da matéria em questão.

5. O Novo Código de Processo Civil (inciso I do art. 1.043) não teve o condão de superar a racionalidade do entendimento até então prevalente nesta Corte, quando restringe a admissibilidade dos embargos de divergência às hipóteses de divergência atual. Mutatis mutandis, é esse o espírito da Súmula n.º 168 do STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado." Ora, se não se fala em divergência quando não há atualidade da discussão entre as Turmas e Seção hoje competentes, menos ainda com paradigma de Turma ou Seção que não mais detenha competência sobre a matéria.

6. Se não bastasse, inexistente semelhança fático-jurídica entre as hipóteses comparadas, o que obsta a admissibilidade dos embargos de divergência. Como se viu, a controvérsia deduzida nestes autos foi enfrentada pela Primeira Turma, que expressamente excluiu a incidência da Súmula n.º 266 do STJ, diferenciando o caso em tela - exigência tempo de exercício na titularidade de cartório para participação no concurso de remoção - daqueloutro em que o

paradigma trata de requisito para o exercício de cargo público. Ressaltou o acórdão embargado que "o tempo de exercício de titularidade cartorária, exigido nos concursos de remoção de cartórios, assemelha-se ao período de prática jurídica necessário à inscrição em concursos da Magistratura ou do Ministério Público, hipótese em que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI n. 3.460/DF, concluiu ser constitucional a exigência da comprovação do requisito na data da inscrição no concurso." Nada disso foi objeto de debate, tampouco decisão, no acórdão paradigma.

7. Embargos de divergência não conhecidos, com a cassação da liminar anteriormente deferida. Prejudicados, por conseguinte, os embargos de declaração, agravos internos e pedido de extensão dos efeitos da liminar.

(EREsp 1394902/MA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/06/2019, DJe 01/07/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR MILITAR. REFORMA POR INCAPACIDADE FÍSICA. SERVIÇO TEMPORÁRIO DO EXÉRCITO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284/STF. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284/STF. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA, CONTRÁRIO SENSO, DA SÚMULA N.º 316/STJ. EMBARGOS LIMINARMENTE INDEFERIDOS. ADEMAIS, OS PARADIGMAS SÃO DA QUINTA TURMA, QUE, DESDE A EMENDA REGIMENTAL N.º 11, 2010, JÁ NÃO DETÉM COMPETÊNCIA SOBRE A MATÉRIA REFERENTE A SERVIDORES PÚBLICOS, CIVIS OU MILITARES. SÚMULA N.º 158 DO STJ.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Hipótese em que o recurso especial não foi conhecido pelo Ministro Relator, que aplicou o óbice da Súmula n.º 284/STF, decisão essa mantida pela Segunda Turma, ao desprover o agravo interno.

Ausência de apreciação do mérito do recurso especial. Incidência, contrário senso, da Súmula n.º 316/STJ: Cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial". Precedentes.

2. Ainda que assim não fosse, há um segundo óbice, insculpido na Súmula n.º 158/STJ: "Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de turma ou seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada." É o caso

Superior Tribunal de Justiça

dos autos: o acórdão foi prolatado pela Segunda Turma, em matéria de servidor público militar (repita-se, que sequer foi examinada), e os paradigmas são acórdãos da Quinta Turma, que desde a emenda regimental n.º 11, de 2010, não mais julga questões envolvendo servidores públicos, civis ou militares.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EREsp 1625116/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 26/03/2019, DJe 01/04/2019)

Diante do exposto, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Oportunamente, remetam-se os autos à colenda Primeira Seção para análise dos presentes embargos de divergência no âmbito de sua competência regimental.

Publique-se

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator